



Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 1989.

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 080.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1989.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos e Vera Agibert (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pesutti, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Ezequias Losso, Irondi Pugliesi, Namir Piacentini, Paulo Furiatti e Valderi Mendes Vilela (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 762/89, do Senhor ANTONIO FERREIRA RÜPPEL, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei

que objetiva adequar os padrões salariais dos servidores daquele Tribunal, àqueles adotados pelos Poderes Judiciário e Legislativo, como forma de estabelecer simetria à política de pessoal adotada para funções assemelhadas, conforme estabelece o artigo 33, § 2º da Constituição Estadual. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 282/89.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoiamento: Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio e Raul Lopes.

REQUERIMENTO Nº 2278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão do Regime de Urgência e conseqüente retirada, pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 65/88, constante da Ordem do Dia de hoje em 2.^a Discussão.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas funções regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela magna data "Dia do Servidor Público" que se comemora em todo o País em 28 de outubro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Moacyr Collita
- Pres. da Associação Paranaense dos Servidores Públicos Aposentados.
- Rua Visconde de Nacar, 776 - 2° - 80.410 - Curitiba - PR.
- Milton Requiélme de Macedo
- Pres. Assoc. Paranaense do Ministério Público.
- Palácio da Justiça, 6° - Centro Cívico - Curitiba - PR.
- Fausto Luiz Abry
- Pres. da Assoc. dos Servidores Públicos do Paraná.
- Rua 24 de Maio, 248 - 80.220 - Curitiba - PR.
- Nelson Luiz Malinowski
- Pres. da Assoc. dos Servidores da Previdência Social.
- Rua Mal. Deodoro, 1290-80.060-Curitiba- PR.
- Leir Tadeu de Oliveira
- Pres. da Assoc. dos Servidores da Justiça do Trabalho.
- Rua Vicente Machado, 400 / 3° - 80.420 - Curitiba - PR.
- Otto Emanuel de Souza Hay
- Pres. da Assoc. dos Servidores do INAMPS.
- Rua do Rosário, 144 (anexo) - 80.020 - Curitiba - PR.
- Antenor Gionedes Júnior
- Pres. da Assoc. dos Servidores do IPE.
- Travessa Gal. Raul Munhoz, 90 - 80.510 - Curitiba - PR.
- Hamilton Anselmo da Silva.
- Pres. da Assoc. dos Servidores Municipais.
- Rua Com. Fontana, 161 -80.030 -Curitiba- PR.
- Carlos Sperb de Araújo
- Pres. da Assoc. dos Previdenciários e Servidores Públicos.
- Av. Iguaçu, 688 - 80.230 - Curitiba - PR.
- Ailton Santos da Silva
- Pres. em exercício do Sind. dos Serv. do Minist. da Agricultura.
- Rua Dr. Faivre, 1210 -80.060 -Curitiba-PR.
- Luiz Azzolin
- Pres. da Assoc. dos Funcionários Fiscais do Estado.
- Rua Ângelo Sampaio, 1773 - 80.420 - Curitiba - PR.
- Dr. Milton Vasconcelos Guedes
- Pres. Assoc. dos Funcionários da Sec. da Agricultura.
- Rua dos Funcionários, 1212 - 80.030 - Curitiba - PR.
- José Adão de Oliveira
- Pres. da Assoc. dos Motoristas Servidores Públicos.
- Av. Iguaçu, 186 - 80.230 - Curitiba - PR.
- Dr. Annibal Bassan

Pres. da Assoc. dos Delegados de Polícia de Carreira do Paraná.

Rua Com. Macedo, 39 - 9° - 80.060 - Curitiba - PR.

- Karin Candiota

Pres. da Assoc. dos Servidores do Inst. de Pesos e Medidas.

Rua Estados Unidos, 135 - 82.500 - Curitiba - PR.

- José Lopes Júnior

Pres. da Assoc. dos Aposentados do Paraná.

Rua Dr. Faivre, 707 -80.060 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 31.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N°2276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela magna data "Dia do Cirurgião Dentista", que se comemora em todo o País, em 25 de outubro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas relacionadas em anexo.

Sala das Sessões, em 31.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

- Dr. Carlos Y. Kuroda

Av. Souza Naves, 1615

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dra. Cleomar Rother

Av. Paraná, 116 - sala 01

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Geraldo Firmino

Av. Curitiba, 285

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Mario Carvalho Gomes

Rua Felicita Rother, 375

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Humberto Simão Zanetti

Rua Londrina, 412

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Bruno Kürten

Av. Souza Naves, 1265

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Antônio Ribeiro de Moraes

Rua Felicita Rother, 570

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Mauri Fuganti Jr.

Rua Rio Grande do Norte, 1138

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Rui de Araújo Pires

Rua Londrina, 375

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dra. Celina Hessmann

Av. Paraná, 116 - sala 08

86.870 - Ivaiporã - Pr

- Dra. Rosana Zuan Mario Morello

Praça Ives Guegen

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Aderbal Pepes

Rua Felicita Rother, 265 - Clínica Guaporé

86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Moysés Belline

Rua Ludovico Geronasso, 48 - Boa Vista Curitiba - PR

- Dr. Adilson Pavani

R. Ângelo Strapasson Costa, 95 - 83.400 - Colombo - PR

- Dr. Isac Nudelman

Presidente do Conselho Regional de Odontologia

Rua da Paz, 260 - Curitiba - PR

- Dr. Gerson Kohlir

Presidente da Sociedade Paranaense de Ortodontia

Rua Mal. Deodoro, 503 - sala 1207 - 12º andar - Curitiba - PR

- Dr. Saturnino Travan

Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Paraná

Rua Presidente Rodrigo Otávio, 32 - Curitiba - PR

- Dr. Paulo Rezende

Av. Paraná, 1310 - 86.870 - Ivaiporã - PR

- Dr. Floriano Peixoto Gomes de Sá Filho

Presidente da Associação Brasileira de Odontologia - Seção Paraná

Rua Dias da Rocha Filho, 625 - Alto da Quinze - 84.040 - Curitiba - PR

REQUERIMENTO N° 2284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Digníssimo Diretor-Presidente da Sociedade Rádio Emissora Paranaense, bem como a toda sua valorosa equipe, pelas comemorações alusivas aos 29 anos de fundação da TV Paranaense - Canal 12, completados no dia 29 de outubro último.

REQUER, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre empresário.

Sala das Sessões, em 31.10.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o presente requerimento que ora propomos, prende-se ao fato de que pretendemos homenagear o ilustre empresário, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, bem como toda sua valorosa equipe, pelas comemorações alusivas aos 29 anos de fundação da TV Paranaense - Canal 12, completados no dia 29 de outubro último.

Fato esse, extremamente relevante não só para os meios de comunicação, mas também a todos os setores, pela atitude paranaense de valorização e reconhecimento de pessoas e empresas, além do sentido social, e principalmente pela forma séria, honesta e dedicada em transmitir o noticiário imparcialmente, preocupados em apenas bem informar o ouvinte, razão pela qual conquistou ao longo desses anos, a liderança incontestada na audiência entre as

televisões paranaenses, sem contar naturalmente, que o Canal 12 tem a melhor programação. Sem dúvida, esse empreendimento do Doutor Francisco merece todas as nossas homenagens, pois o que prevalece com certeza, é a pujança de uma empresa pautada no trabalho, competência, eficácia, uma considerável soma de investimentos e geração de empregos, o que a credenciou, pela terceira vez, entre as 500 maiores, a "Melhor Empresa do Ano" no Setor de Comunicações, na edição de "Maiores e Melhores" da Revista Exame.

É por essas e outras razões, de admiração ao trabalho desenvolvido pelo Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, é que contamos com a anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação desse requerimento.

REQUERIMENTO N° 2279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de congratulações à Direção da empresa CONTERPAVI - Construção, Terraplenagem, Pavimentação Ltda., na pessoa de seu Diretor-Presidente, senhor GIUSEPPE LEGGI, pelo transcurso do dia 21 de outubro do corrente do seu 25º Aniversário de Fundação.

Os serviços prestados pela CONTERPAVI - Construção, Terraplenagem, Pavimentação Ltda. à Região Noroeste do Estado são de mais alta significância, pela proficiência de sua administração e pela realização de obras de vulto que dotam a região de estrutura compatível com os maiores e mais desenvolvidos centros do País.

Contando com uma estrutura das mais fortes, com um parque mecânico e equipamentos dos mais atualizados, ocupa um espaço de destaque na relação das principais empresas do setor.

REQUER, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento aos Diretores e a todos aqueles que integram o corpo de funcionários da empresa.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - DR. ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, objetivando a doação de um Microcomputador para a ASSOCIAÇÃO CENTRAL ZONA VERDE de Maringá.

A Associação Central Zona Verde foi criada para trabalhar na fiscalização do Estacionamento Regulamentado no centro de

Maringá, com a finalidade de proporcionar e facilitar vagas de estacionamento aos usuários da cidade e região.

Atualmente oferece emprego a quase uma centena de menores, e sua renda líquida é revertida para entidades assistenciais.

O trabalho desenvolvido em 1700 vagas de estacionamento, totaliza 250.000 horas mensais, e que, no período de 1988 até agosto de 1989, foram encaminhados 5.925 autuação ao 4º BPM, colaborando assim, para o aumento da arrecadação estadual sem qualquer ônus.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa o melhor desenvolvimento no trabalho de fiscalização e punição aos veículos infratores.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. CARLOS LUIZ FERLIN, Gerente-Administrativo da Associação à rua XV de Novembro 701 - Maringá - PR. - Cep. 87013.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja determinada a transcrição, nos Anais desta Assembléia Legislativa, da "CARTA DOS SUINOCULTORES PARANAENSES", em anexo, enviando-se cópia da mesma aos Excelentíssimos Senhores ÁLVARO FERNANDES DIAS, DD. Governador do Estado do Paraná; Dr. OSMAR FERNANDES DIAS, DD. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento; Dr. IRIS REZENDE, DD. Ministro da Agricultura; Dr. MAILSON DA NÓBREGA, DD. Ministro da Fazenda, dando ciência deste requerimento à Associação Paranaense de Suinocultores e à Associação Regional de Suinocultores do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Reunidos na cidade de Francisco Beltrão, no último dia 27 de outubro, os suinocultores paranaenses elaboraram a Carta em anexo, de cujo teor estamos requerendo a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, manifestando nosso integral apoio à justa luta dessa classe que vem batalhando arduamente pela preservação da produção e pela definição de uma política econômica e agrícola que reverta o atual quadro que se apresenta.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 300/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilida-

Curitiba, terça, em 31.10.89

de Pública a "Associação Projeto Vizinhança Beneficente dos Moradores do Bairro de Uberaba de Cima, APROVIZIN, com sede e foro nesta capital.

Artigo 2º - Ficam assegurados à APROVIZIN todos os direitos e garantias junto aos órgãos públicos estaduais, a fim de dar cumprimento aos seus objetivos.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 31.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

"Associação Projeto Vizinhança Beneficente dos Moradores do Bairro de Uberaba de Cima, APROVIZIN, fundada a 28 de julho de 1980, com sede no bairro do Uberaba de Cima, em Curitiba, PR. à rua Capitão Leônidas Marques, s/n, e foro no Município de Curitiba, PR, é sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política ou religiosa, com prazo indeterminado de duração, podendo ser dissolvida por acordo unânime de seus associados em Assembléia Geral.

Dentre os objetivos principais da APROVIZIN, destacam-se: o estudo dos problemas relativos à melhoria e adaptação do ambiente urbano às aspirações coletivas; pleitear junto aos poderes públicos para a solução dos casos de necessidade do bairro; articular-se com o comércio, a indústria em geral e com o povo no sentido de solucionar adequadamente esses casos e desenvolver atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e culturais que estiverem ao seu alcance.

Reconhecer a APROVIZIN como de utilidade pública é reconhecer e avalizar o trabalho sério que aquela entidade vem desenvolvendo, desde a sua fundação, há nove anos, em favor de conquistas para os moradores do bairro Uberaba de Cima, desta Capital.

O presente plano de lei objetiva, ainda; reconhecer oficialmente a APROVIZIN, afim de que passe a gozar dos benefícios e incentivos do Poder Público, para dar cumprimento aos seus objetivos e finalidades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente, não há oradores inscritos.

No Grande Expediente, não há oradores inscritos. Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT com a palavra. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada demais presentes da Sessão de hoje.

Alertávamos no início da semana, na semana passada, Senhor Presidente, Senho-

res Deputados, da possibilidade de greve no funcionalismo público estadual, que estava em rodadas de negociação com o Governo Estadual, para as reposições salariais e correção do todo ou parte do arrocho salarial, imposto pelo Governo do Estado, nos últimos tempos, que acaba de bater o "record" de arrocho salarial, pois, os números demonstram que nos últimos tempos, nenhum Governo do Estado arrochou tanto o funcionalismo público, quanto o atual Governo de S. Excelência, Senhor Álvaro Dias.

Está aí, decretada a greve do funcionalismo, aqueles que fazem funcionar a máquina administrativa; aqueles que são a base do exercício do poder público, tem que parar de trabalhar, para serem ouvidos, para serem compreendidos, para que suas reivindicações sejam discutidas com base na realidade e a base necessária para negociações.

É lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tal situação ocorra. Recebi hoje em meu gabinete comissões representativas dos diferentes setores do serviço público estadual, apresentando-me os seus contra-cheques, e é deplorável, é lamentável, basta testemunharmos, sentirmos que um veterinário que trabalha na Secretaria da Agricultura, receba um mil e setecentos cruzados novos por mês, Senhor Presidente, Senhores Deputados. É lamentável que alguém tenha que enfrentar uma Universidade, sacrificando-se e depois vá receber tanto quanto recebe um bóia-fria.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apelamos a todas as Bancadas que compõem este Parlamento; os funcionários públicos do Estado do Paraná, não aguentam mais. É preciso que se gaste menos em propaganda, que se esbanje menos em obras faraônicas, que se esbaje menos recursos públicos para os setores desnecessários e façam como a Prefeita Luíza Erundina, em São Paulo, que abram o seu orçamento, abram as contas públicas e suspendam as obras desnecessárias e se molhore um pouco a arrecadação familiar dos nossos funcionários públicos, do nosso Estado.

Concedo aparte ao Deputado Raul Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lamenta informar, mas não é permitido aparte. Considera o Deputado Raul Lopes inscrito no Horário do PSDB.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, quando é que não pode? No Horário das Lideranças sempre foi concedido aparte, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. labora em pequeno equívoco.

O SR. PEDRO TONELLI - Qual é o artigo, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. é quem deve citar.

O SR. PEDRO TONELLI - Qual é o artigo que não permite apartes? Não se permite apartes no Pequeno Expediente e no encaminhamento de votações. Mas, no Horário de Lideranças sempre foi concedido aparte, sim, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. tem razão.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo aparte ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES (Aparte) - Eu até fiquei satisfeito, porque iria ganhar mais tempo na Tribuna, falando. Mas, eu quero me congratular com o prezado companheiro e fazer minhas as suas palavras, a sua sustentação e a sua defesa. Até porque quinta-feira, na Tribuna, nós sustentamos e analisamos de uma forma plena, fria, o que realmente está a ocorrer. Eu também tenho recebido em meu gabinete e nos corredores desta Casa, vários companheiros que, aflitos e angustiados, têm-nos procurado para narrar, naturalmente, a forma e maneira na qual se encontram.

Hoje, ainda, eu recebia a visita de um Primeiro Sargento da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros, com 22 anos de serviço, com um cheque na ordem de mil e quinhentos cruzados novos, bruto. Líquido, na ordem de mil e cem ou novecentos cruzados novos. É lamentável, evidentemente, que isto aconteça. E o quadro está aí: funcionários em greve duas vezes, num mês, gritando. E a insensibilidade de quem tem o direito de, naturalmente, tomar algumas providências, mostra não ter condições, recursos, e está fora de toda a capacidade de autonomia financeira do Estado. E a forma está aí: um sensacionalismo extraordinário, cometendo um pânico, um suspense, em cima de uma área chamada de segurança pública, e que ontem ainda trabalhamos, e daqui a pouco vamos voltar ao Seminário, para dar um pouco de motivação, já que o estado de coisas é deveras lamentável. E assim, o funcionalismo civil como um todo.

É lamentável que às vésperas de um encerramento de ano nós estejamos vivendo dias amargos neste Estado do Paraná.

Pedro, eu tinha muita coisa a mais por falar. Mas, eu vou ficar por aqui. Eu agradeço pela oportunidade.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço seu aparte, nobre Deputado e faço minhas as suas palavras, porque concordo plena-

mente.

Necessário se faz, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que este Poder se pronuncie, porque nós somos homens públicos, fomos eleitos pelo povo do Paraná e somos pagos pelo dinheiro do povo do Paraná. Então, nós temos que ser os primeiros a levantar a voz, nos sensibilizarmos, porque não dá para acatar a idéia de que num período que nós temos 203% de arrocho se propõe apenas 85% de reposição.

Era isso, Senhor Presidente. Era isso, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PL se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados; o PDT também se mostra solidário a esta luta do servidor público do Estado do Paraná. Nós também entendemos que a situação é das mais aflitivas, nós também entendemos que há necessidade de Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná olhar com mais carinho para a classe do trabalhador, do funcionário público, porque na verdade é esta a categoria que faz funcionar a máquina do Estado do Paraná.

Nós, recentemente, na Prefeitura Municipal de Curitiba, o Prefeito Jaime Lerner, enfrentou também uma greve de funcionários municipais. Mas, houve, antes e acima de tudo, o diálogo, a conversa, e evidentemente as colocações e posições tanto do lado dos funcionários como do lado da Prefeitura. E ao final chegou-se a uma conclusão de que não haveria outra maneira a não ser sacrificar até alguma obra da cidade para podermos atender os reclamos da classe dos funcionários públicos. E isto, graças a Deus aconteceu e nós tivemos o retorno ao trabalho dos funcionários. E entendemos que assim deve fazer também Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná.

Hoje, lamentavelmente ninguém mais, em sua consciência, tem noção de valores. Ninguém sabe mais o que é caro e o que é barato. Se o salário que recebe é bom ou não é. A verdade que só se sente isto quando se vai a um supermercado, quando se vai a uma loja e se verifica que o que se ganha

praticamente já está consumido nos primeiros dias de cada mês.

Por isso é necessário que se faça uma revisão imediata da situação do funcionalismo público do Paraná.

Nós entendemos perfeitamente que se depender da boa vontade do Senhor Governador ele deverá encontrar uma saída para isso, basta apenas boa vontade.

A máquina do Governo não está tão deficitária assim. Os cofres não devem estar tão vazios porque nós temos aí o Governo ainda jogando dinheiro nas suas campanhas publicitárias. Dinheiro este que poderia ser usado para melhor pagar seus funcionários.

Por esta razão a bancada do PDT com assento nesta Casa é solidária a esta greve e espera que o mais rápido possível o Governo do Estado do Paraná acene com aumento salarial ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB.

Com a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos tratando e votaremos daqui a pouco um projeto de resolução 58/89 que dispõe sobre o quadro efetivo do pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Até aí aparentemente nada há o que comentar.

Mas, há uma emenda aprovada em 3ª discussão que diz o seguinte:

"Fica criada auditoria do Poder Legislativo subordinada diretamente à Comissão Executiva organizada através de Decreto Legislativo.

A auditoria compõe-se de 10 cargos de Auditores "A" com vencimentos básicos e vantagens iguais aos cargos de Procurador deste Poder. E 10 cargos de Auditores "B", com vencimentos e vantagens na base de 90% dos valores atribuídos aos Auditores "A".

E serão providos dentre os cidadãos com reputação ilibada e notória experiência parlamentar na forma do Decreto que trata o "caput" deste artigo.

Pois bem, estão criando cargos com salário igual ao de Procurador da Assembléia

Legislativa cujo salário é igual ao do Procurador da Justiça.

Não vi nenhum artigo aqui que exija concurso público, qualificação técnica, diploma, seja de que nível for, à criação de cargos comissionados com altos salários.

Este poder tem a obrigação de fazer o quadro de seus Servidores como o outro Poder, do Palácio Iguaçu, tem a obrigação de abrir a portas e negociar com os grevistas, direito de greve, consagrado na Constituição.

Este Poder não pode instituir 20 cargos de altos salários sem a mínima exigência quanto ao seu acesso, à sua nomeação, assim como aquele Poder tem a obrigação, de acordo com o que está na Constituição, de preservar o quadro funcional, negociar e ser sensível às condições de salário com que enfrentam hoje, não só os funcionários públicos, mas a sociedade brasileira como um todo!

Aquele Poder não pode ser igual ao Poder do Palácio do Planalto, de Sarney, que faz hoje do assalariado a matéria-prima da fome. Enquanto os dois, o daqui e o de lá não mostram a menor sensibilidade, um, Sarney que tem a obrigação de ter uma política salarial com o povo brasileiro e o outro que tem a obrigação de ter uma política salarial decente com os seus funcionários, estes dois têm o mesmo comportamento, tanto o de lá como o daqui!

E o nosso Poder tem um comportamento pior porque ao invés de se preocupar com estas questões que são as mais dramáticas do momento, vem a Ordem do Dia já em quarta discussão, para se criar cargos de altos salários!

A nossa obrigação e o nosso dever é rejeitar esta emenda, a sociedade, aí fora, já está de olho, há muito tempo, neste Parlamento. E quando digo isso não quero feri-lo na sua dignidade, pelo contrário, quero exaltá-lo, mas para ser digno não deve ser aqui o sustentáculo dos privilégios, o sustentáculo da violação dos princípios da Constituição, consagrados no capítulo da Administração Pública, quando fala no princípio da impessoalidade e da moralidade, e quando o princípio maior é a exigência do concurso para o acesso aos cargos públicos.

Nós, Parlamentares, temos a obrigação de sermos transparentes, porque este Poder é transparente e sua transparência, se demora, se não aparece a todo momento, mas a cada 4 anos, no momento da renovação do mandato, todos nós estamos expostos à fiscalização da sociedade.

E, para enfrentá-los lá fora, é preciso que aqui, neste momento em que eu falava das angústias dos assalariados, sejamos sensíveis e façamos a nossa parte, o nosso

papel, exerçamos o nosso papel de ente político, fazendo com que as portas do Palácio se abram e negociem com os funcionários.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com muita honra em nome do PMDB, o meu Partido que exerço no Horário da Liderança o direito de falar.

E para falar hoje aos queridos suplentes de Vereadores que nos honram com suas presenças, na espera de que o Poder Legislativo, tão deturpado, tantas vezes desmoralizado, Deputado Nereu Massignan, com algumas propostas às vezes infames, que vêm estes Vereadores à Assembléia Legislativa procurar direto na fonte das leis deste Estado, o direito que nós Constituintes tivemos durante um ano, o dever e a responsabilidade de elaborarmos uma Constituição Estadual.

E os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras, porque eu os considero vereadores, foram eleitos nas urnas, porém, uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral, neste país onde se exerce direitos de leis ao interesse do general de plantão ou ao presidente incompetente que está no Palácio do Planalto, mudando candidaturas a 15 dias das eleições, talvez para não irem prá cadeia, neste País onde não se respeita a lei, onde a dignidade, a honra, a palavra, já não existem mais, nós estamos aqui na tribuna do PMDB, desgastado PMDB nacionalmente, ainda procurando zelar pela palavra do cidadão.

E nós, Srs. Vereadores e meus queridos Deputados, estamos aqui há 25 dias já, sob a égide da nova Constituição Estadual, procurando por justiça no Parlamento, que é no Parlamento que se dá direito, quando deveria ser no Tribunal de Justiça ou através do Poder Executivo; mas, infelizmente, o único Poder que abriga o povo, o trabalhador, o humilde, o pobre, o doente, o que necessita de uma palavra de consolo é nesta Casa; porque o Executivo é ditador e a justiça se abrigam os grandes marajás da República.

Venho, em nome do meu Partido, tenho certeza que em nome de todos os Partidos com representação desta Casa, para fazer um apelo e endossar e exigir justiça, Sr. Presidente desta Casa.

Esperamos, dentro em pouco, ao lado dos Parlamentares, o Deputado Caíto Quintana, que foi o nosso relator, recebermos os Senhores Vereadores no Gabinete da Pre-

sidência, para que de lá, possamos fazer um contato com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Faltam cinco dias apenas para que a nossa Constituição, jurada solenemente em pé perante a sociedade paranaense e sociedade brasileira, nós estamos hoje quase a mendigar justiça e exigir direitos.

O Governador já entrou com representação contra um artigo dessa Constituição, o Procurador do Tribunal Eleitoral se diz que entrou, a Procuradoria da Justiça a fazer demagogia e a mentira ao Brasil e ao Paraná, está só a gastar dinheiro público em jornais, fazendo demagogia, achando erro na aposentadoria de ex-Governadores, na posse de Prefeitos, querendo vender residências oficiais apenas para estampar, a demagogia que nesse País campeia solta sem direito e sem responsabilidade.

Meus queridos vereadores, nós que fomos autores desta proposta, que lutamos na justiça, que tivemos um projeto sancionado pelo Governador e uma emenda anterior à Assembléia Estadual Constituinte conseguimos através da Assembléia, mas contra o Tribunal Regional Eleitoral; fomos bater às portas da Justiça Eleitoral em Brasília, e até hoje não obtivemos resposta. Tivemos ainda o nosso caminho da Assembléia Estadual Constituinte.

Vejam, queridos Deputados, Sr. Presidente, criou-se neste País, através de Assembléias Estaduais Constituintes, 40, 50 municípios, se não me falha a memória, no Estado do Maranhão, no Piauí e em Alagoas, criaram-se Estados, criaram-se Câmaras de Vereadores, criaram-se patrimônios municipais, desmembraram Municípios, e vão dar posse, vão tomar a Presidência, e nós modestamente fizemos uma Constituição para resgatar o direito de Municípios como União da Vitória e Rio Negro, para citar os Municípios aonde sou mais votado, Município que perderam até quatro Vereadores, comparando com os Municípios de Porto União e Mafra, que têm a metade dos habitantes e eleitores.

Fronteira, cidades limítrofes, Paraná e Santa Catarina, União da Vitória de treze baixou para nove, e Porto União continuou com onze.

Então, é uma aberração neste país, onde não existe justiça, onde não se respeitam direitos.

O SR. RAUL LOPES - Permite-me um aparte?

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Deputado Haroldo, lhe concedo um aparte.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Obrigado pelo aparte, nobre Deputado Annibelli. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, eu acho que está no momento

de a Assembléia Legislativa do Paraná tomar posições com relação aos ataques que vem sofrendo a Constituição do Estado do Paraná.

E principalmente numa matéria como esta, que foi de consenso de todas as lideranças partidárias desta Assembléia Legislativa do Paraná, à época que tinha o poder constituinte do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, nobre Deputado Annibelli, Lideranças Partidárias desta Casa, eu entendo realmente e, como parlamentar, tenho me sentido às vezes revoltado pelos achaques e pelas pressões sobre o Poder Legislativo aqui no Paraná.

E acho que é momento de todos nós, em todo o Estado do Paraná e principalmente nesta questão dos suplentes de vereadores do Estado. Que eles assumam e que seja cumprido acima de tudo, o que dispõe artigo da Constituição do Estado do Paraná.

Era isto, eu agradeço ao Deputado Antônio Martins Annibelli, pelo aparte.

O SR. RAUL LOPES - E me inscrevo para um aparte, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Eu lamento, Deputado Raul Lopes, que o meu tempo está a se esvaír e gostaria de fazer um apelo ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados.

Vamos resgatar a dignidade deste Poder, vamos desmentir aqueles que dizem que nós recebemos 80 milhões de cruzados novos para fazer a Constituição.

Não admitimos mais ser taxados de corruptos por gente que não merece o respeito da sociedade paranaense. Vamos votar contra o projeto que cria cargos de marajás na Assembléia Legislativa. Vamos fazer valer a Constituição, porque senão, no amanhã, teremos a resposta da população. Vamos fazer valer a dignidade dos Srs. Vereadores e o respeito ao nosso Parlamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio e Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Há requerimento, de autoria do Deputado Baggio, solicitando inversão da matéria a ser votada, antes, porém, a Mesa comunica aos Senhores Deputados e aos Suplentes de Vereadores que vai contratar advogados, se preciso for, para manter os dispositivos da Constituição que nós votamos, principalmente no que trata do artigo 42, da nossa Constituição, das Disposições Transitórias que diz o seguinte:

- O número de Vereadores na atual legislatura...

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Senhor Presidente.
(Assentimento).

Se V.Exa. me permite e me desculpe interrompê-lo.

Eu estou envaidecido, contente, satisfeito. Pedi um aparte para o prezado companheiro Annibelli, não foi possível, mas V.Exa. na evolução do raciocínio acaba de me dar uma alegria infinita. Porque aqui nesta Casa também, com apoio de grandes juriconsultos, procuradores gerais do Estado, nós concluímos um trabalho, dando isonomia a nossa querida Polícia Militar, após dois grandes votos no Plenário dos Líderes aqui nesta Casa.

Já na véspera do dia 05, data da promulgação, S.Exa. o Governador, através da Procuradoria Geral do Estado, já fazia alguns comentários desairosos, V.Exa. é testemunha disso, encontrávamos nós dois juntos num canal de televisão para sustentarmos e defendermos. O Senhor também nos deu uma chance, guardando uma oportunidade para administrar o que está sendo sustentando hoje no Supremo Tribunal Federal, por que até então venho administrando meio que sozinho. Eu gostaria que os companheiros nos ajudassem, porquanto esta conquista tem o apoio, o apreço, de todos os companheiros desta Casa para que nós pudéssemos, naturalmente, sustentar e provar que não é inconstitucional o que nós ali aprovamos juntos. O problema é, segundo me consta, falta de dinheiro, o que não procede também.

Obrigado.

O SR. ACIR MEZZADRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um momento Deputado.

A Mesa vai proceder à leitura do artigo 42 das Disposições Transitórias:

- O número de vereadores na atual legislatura será alterado, de acordo com o disposto no artigo 16, IV, desta Constituição, tendo em vista o total da população do Município à época do pleito de 15 de novembro de 1988.

O Deputado Antônio Annibelli já deu as

explicações, o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira também, e a Mesa assume o compromisso de não descuidar aquilo que foi aprovado pela Constituinte. E estará alerta para qualquer manifestação contrária, mesmo que tenha que enfrentar os demais Poderes (PALMAS).

Convido, após a sessão de hoje, os Senhores Vereadores para, no gabinete do Presidente, uma reunião que vamos manter com todas as Lideranças da Casa e com a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Inversão da Ordem do Dia. Os Senhores Deputados que aprovam conservem como estão...

O SR. ACIR MEZZADRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, nós acabamos de promulgar a nova Constituição do Estado do Paraná. Este Parlamento que teve o seu poder, na sua essência, castrado, durante o arbítrio e durante a ditadura, e nós lamentamos hoje, Senhor Presidente, diante da nossa emenda, da emenda que não cria cargos de "marajá", mas uma emenda que vem resgatar na essência a composição de quadros, para que, efetivamente, possa fiscalizar o Poder Executivo

Recentemente, na imprensa, uma denúncia no "Estado de São Paulo" de que C.F.P. havia desviado mais de cinquenta e três milhões de dólares dos caminhoneiros autônomos deste País por falta de fiscalização do Congresso e do Senado da República.

Nós queremos sim, fortalecer as Comissões Técnicas. É esse objetivo da nossa emenda. Eu não ouvi voz de Oposição neste Parlamento no momento em que nós denunciávamos uma corrupção, no momento em que nós denunciávamos o BINGÃO, que espoliava o dinheiro do trabalhador, nesse momento as vozes da Oposição aqui se calaram, que se praticava a contravenção e o crime num canal de televisão.

Por isso, Senhores Deputados, eu gostaria de dizer, neste momento, que eu retiro esta emenda para que não prejudique o quadro efetivo de pessoal, para que seja melhor analisada, por que nós queremos na verdade, isto sim, a modernização do Poder, para que ele possa, na plenitude, desempenhar as suas funções.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a retirada da emenda, porque ela foi aprovada, queiram conservar-se como estão.
APROVADO.

Está retirada a emenda e APROVADO o Projeto nº 58/89.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, V.Exa. colocou em votação o projeto?

Sobre a emenda o Deputado retirou a emenda, consulto V.Exa. se colocou em votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto estava sendo votado em 3.^a discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)-

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede gratificação de responsabilidade técnica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 185/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelo Decreto Federal n° 85.878/81 e Lei Federal n° 3.820/60, Decreto-Lei n° 5.452/43, Lei 2.800/56, Decreto n° 85.877/81 e Lei Federal n° 6.684/79, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.89

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

As Leis Federais e Decretos aludidos no presente projeto de lei, regulam as profissões de Farmacêutico, Químico e Biólogo, cujos serviços profissionais estão sujeitos a "Anotação de Responsabilidade Técnica", pela execução de serviços nas respectivas funções técnicas.

Tais profissionais têm ampla responsabilidade sobre os serviços que executam, responsabilidade esta inerente às suas profissões e por força deste fato estão obrigados a responder por sua imperícia e pelos danos dela decorrentes, que no entanto, muitas vezes são decorrência de elementos outros que não a falta de técnica ou perícia. Assim, a presente gratificação visa conceder aos mencionados profissionais das áreas de farmácia, química e biologia, uma forma de compensação pela responsabilidade técnica que têm no exercício de suas respectivas profissões.

Comissão de Constituição e Justiça.
PROJETO DE LEI N° 185/89.

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, visa autorizar o Poder Executivo a atribuir aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelo Decreto Federal n° 85.878/81 e Lei Federal n° 3.820/60, Decreto-Lei n° 5.452/43, Lei 2.800/56, Decreto n° 85.877/81 e Lei Federal n° 6.684/79, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional do presente plano de lei, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, ressaltando-se que a responsabilidade inerente às profissões, objeto dos Decretos e Lei Federais supra mencionadas, fundamenta meritamente a iniciativa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, opina FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer, salvo o melhor juízo.

Sala das Comissões, em 22.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 185/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a atribuir aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Tal propositura, mereceu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão, chamada a opinar, conclui ser tal medida meritória, pois com a gratificação proposta objetiva conceder aos profissionais das áreas de farmácia, química e biologia uma forma de compensação pela responsabilidade advinda da execução de suas profissões, que, muitas vezes, resultam em danos decorrentes de outros elementos independentes de sua perícia ou habilidade técnica.

Diante do exposto, somos FAVORÁVEIS à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.89

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

ACIR MEZZADRI - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N° 185/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder aos ocupantes de cargos de nível superior da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, a gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de 40%, sobre os vencimentos, aos profissionais das áreas de farmácia, química e biologia, para todos os efeitos legais.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinaram favoravelmente ao objeto do plano em análise, sendo que esta Comissão de Recursos Humanos segue seus entendimentos no que tange aos aspectos meritórios da questão.

Sendo assim, somos pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, sendo este o nosso melhor juízo.

Sala das Comissões, em 03.10.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;
NELSON VASCONCELLOS - Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 255/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que altera a redação da Lei n° 8.624, de 08.12.87, que cria o Município de Nova Tebas, passando a vigorar conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 234/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda - ASSEFACRE". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 232/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Francisco Carneiro Martins - Ensino de 2° Grau", com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 222/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à União dos Escoteiros do Brasil. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 196/89, de autoria do Deputado GERNOTE KI-

RINUS, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Helena, com sede e foro na cidade de Santa Helena. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 61/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 38/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos lotes n°s 45-E, da Secção Água Grande, e 41-B, da Secção Sertãozinho, da Gleba Rio Moura, Município de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C. e C.A. por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA: Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 295/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Espírita Amor e Caridade", com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 239/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 96/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo..... 152.571,09 m², no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob n° 1266, protocolo n° 6182, do livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 185/88, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a "Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA", com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 158/88, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, inter-vivos e causa-mortis, será levado sempre em consideração o valor venal do imóvel avaliado pelo Município onde o imóvel estiver localizado, ficando proibido a avaliação do Estado, na forma que especifica. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 65/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BARBARA, que dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do Vale-Transporte, na forma da Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para os servidores públicos estaduais, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a suspensão do Regime de Urgência e conseqüente retirada da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 65/88. Aprovado. Fica portanto retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n° 65/88.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 280/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe sobre o reajuste dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1° de novembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 58/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica, com EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2278, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2275, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2277, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2276, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2279, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2280, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2285, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2273, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encaminhe-se como sugestão.

Requerimento de n° 2284, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós ouvimos atentamente a questão de ordem levantada pelo Deputado Acir Mezzadri, evidentemente que nós iríamos nos posicionar hoje, durante a discussão do projeto, contrários a emenda colocada pelo nobre Deputado.

Porém, quando Vossa Excelência fala com relação ao bingo é bom que se revejam os Anais desta Casa e vai-se constatar que este Parlamentar foi o primeiro a levantar a voz nesta Assembléia com relação a esta imoralidade chamada bingo e através dos meios de comunicação pelos quais eu também trabalho.

Além do mais, deixei eu de ganhar dinheiro para fazer o comercial do chamado bingo e além do mais ontem, quando da presença aqui do Delegado Geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, eu indagava a ele quais medidas a Polícia Federal estava tomando em relação ao bingo e dizia ele que isto cabe ao Secretário de Segurança de cada Estado. Portanto, cabe então à Banca do PMDB solicitar ao Secretário de Segurança do nosso Estado, medidas enérgicas para acabar com esta falcaturia que se chama bingo, bingo eletrônico, o bingo que é praticado pela televisão.

Ora, se num País onde é proibido o jogo do bicho, onde é proibido o cassino, não se pode admitir que se faça um bingo eletrônico e enganando algumas instituições de caridades com as migalhas que lhes são oferecidas para que a minoria privilegiada enriqueça às custas do dinheiro do povo.

Que se faça justiça à posição tomada pelo Deputado Acir Mezzadri na sua denúncia, publicamente, mas a nós também que fomos a primeira voz a ser levantada neste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.^a DISCUSSÃO dos Projetos de Lei n°s 185/88, 239/88, 295/88, 61/89, 196/89, 222/89, 232/89, 234/89, 255/89.

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 185/89.

1.^a DISCUSSÃO dos Projetos de Lei n.ºs 329/88, 51/89, 117/89, 173/89, 198/89, 209/89, 212/89, 216/89, 238/89, 282/89 e do Projeto de Resolução n.º 61/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 1989.

CARTA DOS SUINOCULTORES PARANAENSES

Nos anos de 1987 e 1988, os suinocultores enfrentaram a mais longa, profunda e angustiante crise de toda a história da suinocultura brasileira oriunda da importação de 75 mil toneladas de carne suína, por ocasião do Plano Cruzado.

No início de 1989, o mercado de suínos começava reagir permitindo ao suinocultor recuperar parte dos prejuízos acumulados nos últimos dois anos. Mas novamente o suinocultor brasileiro foi traído pelo Governo Federal, que zerou a alíquota de importação de carne suína, justificando que tal medida atendia a uma necessidade de abastecimento, mas na verdade foram os grandes grupos econômicos que exploram a suinocultura, que forçaram o Governo isentar os impostos de importação, visando apenas o imediatismo e o lucro fácil.

Antes mesmo de chegar 60.000 toneladas de carne suína ao País, as indústrias com os boatos derrubaram os preços praticados no mercado a nível de produtor sem beneficiar o consumidor brasileiro.

Após 120 dias de prejuízos, os suinocultores paranaenses denunciam à nação esse processo espúrio e que só beneficia alguns grupos industriais e comerciais que adquirem carne pelo preço de liquidação dos Países Europeus (carne congelada, com prazo de vida útil quase vencida) e ainda com isenção de impostos, aumentando sua margem de lucro, não repassando nenhuma vantagem ao consumidor (que continua a ver a correlação do produto) e ainda prejudicando o produtor (levando a suinocultura a uma nova crise).

Os irresponsáveis impatrióticos que ocupam cargos no Governo Federal, que são coniventes, deixando margem a que se conclua que estão se beneficiando pessoalmente do processo, de facilitação.

Os suinocultores paranaenses fazem esta denúncia à população e deixam claro que não irão desistir da luta de preservar a possibilidade de continuarem produzindo e combater os processos criminosos, impatrióticos e desonestos como esse da importação da carne suína.

E solicitam soluções imediatas e concretas na definição da política econômica e agrícola, porque do contrário será a desestruturação da pequena e média propriedade rural, que só no Paraná são 350.000 famílias que têm vários estágios da suinocultura, um fator importante de estabilidade econômica.

As indústrias que se dizem estimular a produção e ajudar os suinocultores através de projetos mirabolantes de integração, tenham o mínimo de coerência e não participem "por baixo do pano" desse processo criminoso, impatriótico e desonesto, porque sem o suinocultor a indústria não subsiste (por que matar a galinha dos ovos de ouro?).

Os suinocultores paranaenses vão mais longe, reunidos em Francisco Beltrão, resolvem:

- Se não for revertido este quadro, imploram a renúncia do Presidente José Sarney, assim que seja conhecido o novo Presidente eleito pelo povo brasileiro.

Francisco Beltrão, 27 de outubro de 1989.

(a) ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Finanças, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Antônio Costenaro, Amélia Hruschka, Cândido Bastos, Ezequias Losso, Homero Oguido, José Rogério e Leônidas Chaves. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 107/87, de autoria dos Senhores Deputados José Afonso e Anibal Khury. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 02) Projeto de Lei n. 249/87, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Acir Mezzadri. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 03) Projeto de Lei n. 256/87, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Leônidas Chaves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 354/87, de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n. 373/87, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Leônidas Chaves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06)

Projeto de Lei n. 384/87, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado José Rogério. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 07) Projeto de Lei n. 269/88, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 08) Projeto de Lei n. 285/88, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça. 09) Projeto de Lei n. 343/88, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan. Relator Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei n. 37/89, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Relator Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n. 47/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 30/89. Relator Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se extraordinariamente, na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro Neto, Djalma de Almeida César e Cândido Bastos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 192/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 059/89, visando alterar dispositivo da Lei n. 5.944, de 21.05.69. (Lei de promoção de oficiais da Polícia Militar do Estado). Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se extraordinariamente, na sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ezequias Losso, Vera Agibert e Nilton Barbosa. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 200/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que tem por finalidade assegurar a percepção de verba correspondente a 80% (oitenta) por cento sobre o respectivo vencimento, incorporável ao mesmo para todos os efeitos legais, aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior dos Quadros de Pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se extraordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Antônio Costenaro, Cândido Bastos, Ezequias Losso e Homero Oguido. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 259/88, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 033/89, de autoria do Deputado Antonio Annibelli e outros. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL - APRO-

VADO. 03) Projeto de Lei n° 132/89, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 156/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se extraordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Antônio Costenaro, Cândido Bastos, Ezequias Losso e Homero Oguido. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 251/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 141/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 193/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse

Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Antonio Costenaro, Cândido Bastos, Ezequias Losso e Homero Oguido. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 189/89, de autoria do Egrégio Tribunal de Contas do Estado. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Antônio Costenaro, Cândido Bastos, Ezequias Losso e Homero Oguido e José Rogério. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 158/88, de autoria do Deputado Valderi Vilela. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 02) Emenda de autoria do Deputado Ezequias Losso e outros. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 03) Projeto de Lei n° 086/89, de autoria do Deputado Nereu Massignan e outros. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 04) Projeto de Lei n° 195/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado José Rogério. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 05) Projeto de Lei n° 214/89, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 06) Projeto de Lei n° 221/89, de autoria do Deputado Artagnão Mattos Leão. Relator Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presi-

dente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) KIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
WILSON PENKA
Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, sob a Presidência da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, a Senhora Presidente abriu os trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI N° 186/89, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior. Relator Senhor Deputado Luiz Antonio Setti - PARECER - FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Cinthia Beatriz Fernandes Luiz, Secretária da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA
Presidente da Comissão
CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 16.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e nove reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, na sala de reunião das comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Homero Oguido, João Arruda, Sabino Campos, Antônio Annibelli, Djalma de Almeida César, Valderi Vilela e Gernote Kirinus. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 295/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 215/89, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 217/89, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator Deputado Ho-

mero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 230/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n. 232/89, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n. 234/89, de autoria do Deputado Lauro Alcantara. Relator Deputado Gernote Kirinus. PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. 07) PROJETO DE LEI N° 236/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) PROJETO DE LEI N° 238/89, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) PROJETO DE LEI N° 240/89, de autoria do Deputado Valderi Vilela. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade que o Deputado Hermas Brandão apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 207/89, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA
Presidente
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

11.^a LEGISLATIVA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 6.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Acir Mezzadri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 230/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Escritura Pública da doação de imóvel ao Município de Cruz Machado, conforme especifica. Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Cândido Bastos, Ezequias Losso e Homero Oguido. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 202/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a atribuir aos ocupantes dos cargos que especifica, a gratificação de responsabilidade técnica e adota outras providências. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Cândido Bastos, Antônio Costenaro e José Rogério. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 226/89, de autoria do Eyrégio Tribunal de Justiça do Estado, que tem por objetivo majorar os vencimentos dos servidores e serventuários do Quadro de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, e dá outras providências. Relator Deputado José Rogério. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Cultura e Esportes, sob a Presidência do Senhor Deputado Raul Lopes e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 211/88, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, que visa instituir "Concurso de Combate ao Fumo para Radioamadores do Estado do Paraná" a ser realizado anualmente, em 29 de agosto. Relator: Senhor Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 62/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 39/89, tem como objetivo, autorizar o Poder Executivo a alienar aos seus ocupantes, os lotes de 1 a 7, resultantes da subdivisão do lote 162-A, da Colônia Zacarias de Goes, lotes estes integrantes da Reserva Santo Inácio, localizada no Município de Santo Inácio; traz ainda o projeto de lei a exclusão da área de 13,3956 ha, constituída dos lotes 8 e 8-A, da mes-

ma subdivisão, onde estão situadas as ruínas da Redução Jesuística de Santo Inácio, que integra o patrimônio inalienável do Estado do Paraná. Relator: Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar,

lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Delôra Terezinha Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAUL LOPES

Presidente

DELÔRA B. F. AMARAL CARVALHO

Secretária